

RELATO DA DIRETORIA (2007-2009)

DECISÕES DA ASSEMBLÉIA – SALVADOR 03set2008

1. Apresentação do RELATO DO PRIMEIRO ANO DA GESTÃO 2007-2009
2. Discussão e deliberação sobre o Novo ESTATUTO e o Novo REGIMENTO DA ANPPOM
3. Discussão e deliberação sobre a ESTRUTURA DOS próximos CONGRESSOS DA ANPPOM
4. Definição dos NOVOS VALORES DE ANUIDADE DA ANPPOM

1. Resumo do RELATO DO PRIMEIRO ANO DA GESTÃO 2007-2009

- Procedimentos para regularizar a situação de inadimplência da ANPPOM junto ao Ministério da Fazenda.
- Apreciação dos resultados do primeiro Forum Nacional de Editores de Periódicos de Música realizado em dezembro de 2007 em Goiânia com a atualização de que o Scielo está considerando o pedido dos editores para a redução da quantidade de artigos científicos anual exigida para a área de música de dezoito para doze.
- Apresentação dos planos para a realização do Segundo Fórum Nacional de Editores de Periódicos e o Encontro dos Coordenadores dos Programas de Pós-Graduação em Música em data anterior ao Congresso da ANPPOM para que o trabalho destes grupos possa ser otimizado, abrindo mais espaço para ponderações e considerações de caráter pedagógico e formativo, definindo parâmetros e objetivos consistentes e pertinentes para os programas de pós-graduação.
- Apresentação das mudanças no site da ANPPOM e do novo processo de inscrição, assim como os planos para automação dos pagamentos de anuidade.
- Informe sobre a criação (em andamento) de um Informativo da ANPPOM a ser enviado por uma lista composta por todos os sócios, não apenas aqueles que optaram por participar da lista de discussão. Assim, o Informativo será um canal de comunicação da diretoria com os sócios independente da atual lista de discussão.

2. QUANTO ÀS MUDANÇAS NO ESTATUTO E NO REGIMENTO DA ANPPOM;

O **ESTATUTO DA ANPPOM** não era revisto em sua totalidade desde 1996. Sua atualização era necessária por questões legais e por sua inadequação ao momento atual da pesquisa no Brasil. O Regimento foi registo de forma a ser adequado ao novo Estatuto. Houve uma prévia discussão com os Coordnadores sobre a proposta de alteração da Diretoria, de forma que a versão apresentada para discussão na Asembléia foi aquela aprovada (após longa discussão) pelo Fórum de Coordenadores. A discussão na Assembléia foi longa, porém produtiva, e o texto aporvado já se encontro disponível na página da ANPPOM.

Alguns exemplos de inadequação do antigo Estatuto podem ser destacados, a título de esclarecimento ao que não foram á Salvador:



a) o antigo estatuto previa que o candidato a sócio enviasse uma lista de documentos (ficha, cópias de RG, CPF, Diploma, Histórico escolar, Cartas de recomendação, comprovantes de vínculo com instituição e de pagamento). Tais documentos eram avaliados por 2 diretores que aceitariam ou não o candidato como membro da Associação. Isto era necessário 20 anos atrás (quando o UETM foi inserido no 1º estatuto, 1988) mas hoje não é mais relevante. Uma vez que nosso documento maior como pesquisadores é o Lattes, ficou decidido que o que for declarado nele será considerado verdade para inscrição do sócio. Assim, a ficha disponível no site com link para o Lattes atualizado e comprovante de pagamento é tudo que se exigirá para inscrição de novos sócios ou renovação de anuidade;

b) A organização dos Congressos da ANPPOM estava sob a responsabilidade do PPG que recebia o Congresso. Isto tem causado, ao longo dos anos um distanciamento entre Congresso e missão da ANPPOM, além dos transtornos administrativos decorrentes do fato de que a diretoria não estava à frente da coordenação do congresso que leva o nome de sua própria instituição. Esta desvinculação tem trajetória justificada que resumimos a seguir: quando da fundação da ANPPOM, definiu-se que o então Encontro Anual seria onde o presidente estivesse; em 1990 (Rio de Janeiro), definiu-se que era importante a circulação da sede do congresso, independentemente do local de residência do presidente; em 2008, decidiu-se que existe a necessidade do retorno das diretrizes do Congresso para o interesse maior da ANPPOM, qual seja, o fortalecimento da pesquisa e pós-graduação no Brasil sem a centralização nos interesses de um programa em particular. Decidiu-se que existem mecanismos que permitem a discussão do congresso entre ANPPOM e PPG que o recebe sem que a responsabilidade final do evento saia da presidência.

Desta forma, esperamos que não só os transtornos administrativos, mas também o acompanhamento das comissões científicas e artísticas, voltem a efetiva participação da diretoria da ANPPOM, que passa a responder pelo congresso e prestar contas sobre ele em Assembléia. Novamente, a título de esclarecimento aos que não foram discutir a questão em Salvador:

a) Não podemos responder questões sobre anais e certificados dos congressos a menos que haja colaboração do PPG (que foi) responsável pelo congresso; a direção da ANPPOM não tem como assumir uma responsabilidade que não lhe compete desde 1990;

b) A verba Capes e CNPq para a ANPPOM está reservada (sendo hoje um terço do que estiver disponível para a área de Artes), independente de quem organiza o congresso. Entretanto, como a ANPPOM não assinava os projetos, chegamos a situação extrema de devolver verba em 2007 – pois não seria justificável junto às agências o uso do dinheiro excedente em outra atividade que não o congresso. Se fosse a presidência da ANPPOM a responsável legal pelo projeto, a verba poderia ter sido destinada a OPUS ou a outra necessidade da Associação; Outra situação extrema aconteceu em Salvador, onde os recursos recebidos da Capes e do CNPq (R\$50.000,00) não foram o bastante, segundo o professor Bordini, para garantir um congresso com estrutura administrativa que permitisse ao coordenador informar aos sócios detalhes do congresso com devida antecedência. Também não foi possível ter secretariado para o Fórum de



Coordenadores ou para auxiliar o coordenador nas várias alterações de última hora. A mesma razão foi alegada para o cancelamento do anunciado coquetel de encerramento.

3. QUANTO À ESTRUTURA DOS CONGRESSOS DA ANPPOM DEFINIU-SE QUE:

1. Atividades simultâneas no congresso são bem-vindas se necessárias;
2. Um maior número de comunicações, sem prejuízo a qualidade dos trabalhos é desejável;
3. Pôsteres e comunicações devem diferir apenas na forma de apresentação do trabalho;
4. Os Grupos de Trabalho devem ter normas claras de funcionamento e acontecer em formato sequencial, como mini-simpósios.

*** RECOMENDAÇÕES GERAIS DA ASSEMBLÉIA PARA OS FUTUROS CONGRESSOS:**

- Ampla divulgação das normas para avaliação utilizadas pelos pareceristas dos congressos;
- Que se considere outras formas de apresentação de trabalhos, além da escrita e oral;
- Que se adequem a forma de exposição de trabalhos à linguagem escolhida pelo autor (audiovisual, escrita, oral...);
- Que os trabalhos aprovados sejam representativos da área como um todo.

4. NOVOS VALORES DE ANUIDADE APROVADOS:

- R\$ 40 (quarenta reais) para estudantes;
- R\$ 80 (oitenta reais) para pesquisadores;
- R\$120 (cento e vinte reais) para reingresso (sócios inadimplentes pois mais de um ano);
- R\$200 (duzentos reais) para Instituições.

Cordialmente,

A diretoria – gestão 2007-2009